



**ACTA Nº 08/2010 DA REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO  
DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO-LIMA,  
REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2010**

--- Aos seis dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez, reuniu, pelas dez horas nas instalações da CIM no Castelo de Santiago da Barra, em Viana do Castelo, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima.-----

--- Estiveram presentes nesta reunião os Presidentes das Câmaras Municipais de Arcos de Valdevez, Senhor Francisco Rodrigues de Araújo, de Caminha, Senhora Júlia Paula Pires Pereira Costa, de Melgaço, Senhor António Rui Esteves Solheiro, de Paredes de Coura, Senhor António Pereira Júnior, de Ponte da Barca, Senhor António Vassalo Abreu, de Ponte de Lima, Senhor Vítor Manuel Alves Mendes, de Valença, o Senhor Jorge Manuel Salgueiro Mendes, de Viana do Castelo, Senhor José Maria da Cunha Costa e de Vila Nova de Cerveira, o Senhor José Manuel Vaz Carpinteira.-----

Em substituição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Monção esteve presente o Vice-Presidente, Senhor Augusto Henrique de Oliveira Domingues.-----

Assistiram ainda à reunião, os Senhores Ruy Manuel Ferreira da Silva Guerreiro e Luís Miguel Rodrigues Matos. -----

--- A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo, António Rui Esteves Solheiro.-----

**1 – Reunião com o Senhor Governador Civil de Viana do Castelo**

--- Após o agradecimento do Conselho Executivo ao senhor Governador Civil pela sua presença acompanhado pelo Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional de Protecção Civil, António Antunes, o Senhor Governador fez uma exposição ao Conselho sobre os dispositivos existentes no Distrito sobre o combate aos fogos florestais e as necessidades do seu reforço.-----

--- Assim apresentou a oportunidade de constituição de equipas de intervenção permanente constituídas no seio das Associações de Bombeiros em que os Municípios têm a possibilidade de as constituir por acordo com estas, suportando o seu custo em igualdade de esforço com o Governo Civil e que deverão estar operacionais a curto prazo.-----

--- Vários dos membros do Conselho Executivo sublinharam que a sua contribuição para as Associações de Bombeiros são já muito elevadas nomeadamente pela dispensa de inúmeros funcionários das Autarquias que estão totalmente dedicadas a tarefas internas nas Associações Humanitárias, e que em alguns casos são as Associações Humanitárias que criam dificuldades à constituição destas equipas de intervenção permanente.-----



--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez recordou uma ideia de criar uma bolsa de reserva intermunicipal onde se concentrariam recursos técnicos e humanos que pudessem de forma profissional apoiar a resolução de problemas de maior vulto, recordando que em muitas áreas que não apenas a floresta, por exemplo Zonas Industriais, os recursos e a formação existente é muito precária. -----

--- Como conclusão deste ponto, ficou decidida a realização de reuniões a nível local entre o Governo Civil, a Câmara Municipal e a Associação de Bombeiros para agilizar a constituição das equipas de intervenção permanente, garantindo o serviço de proximidade que é essencial neste tipo de problemas. -----

--- Para uma intervenção intermunicipal, o Conselho encarregou o Secretário Executivo, de em articulação com o Senhor Comandante Operacional Distrital, estudar uma solução que aponte para uma intervenção a nível da CIM com ganhos de escala na especialização e capacidade de intervenção.-----

--- O Senhor Governador Civil anunciou a nova forma de garantir a vigilância sobre os fogos florestais e recordou aos Senhores Presidentes a necessidade de limpeza dos acessos aos postos de vigia.-----

--- Sobre os meios aéreos anunciou que vão ser constituídas duas equipas de GIPS com a rentabilização do helicóptero com base nos Arcos de Valdevez estando o Senhor Presidente da Câmara a criar condições logísticas para isso.-----

--- Um último ponto discutido é o novo modelo do Plano de Segurança Rodoviária Municipal, cujo regulamento tipo foi já distribuído a todos os Municípios.-----

--- O Senhor Governador recordou que metade das mortes ocorridas no Alto Minho em acidentes rodoviários tiveram por causa o atropelamento pelo que a sinalização e medidas mitigadoras são essenciais.-----

Estando já organizado para Julho um curso de formação para técnicos municipais de segurança rodoviária, é urgente a criação desta responsabilidade em cada um dos Municípios.

--- Após esta reunião o Senhor Presidente deu início à ordem de trabalhos com um ponto prévio que é a comunicação de 4 de Maio de adesão do Município de Viana do Castelo à CIM Alto Minho. -----

--- Assim e de acordo com a lei e os estatutos, o Município de Viana do Castelo é desde já membro de pleno direito da CIM, saudando a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo.-----

Todos os membros do Conselho Executivo se congratularam por esta decisão e foi por todos sublinhada a esperança que Viana do Castelo acrescente ainda mais dinamismo aos trabalhos da CIM.-----



--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo agradeceu a abertura ao diálogo que o Conselho Executivo sempre manteve que permitiu este feliz desfecho e que estão criadas condições de lançamento de novas acções, em prol do desenvolvimento do Alto Minho.-----

## **2 – Aprovação da acta nº 06 de reunião de 25 de Março de 2010 e Acta nº 7 de reunião de 08 de Abril de 2010**

--- Foi colocada à consideração do Conselho a proposta da Acta nº 6 da reunião do Conselho Executivo. Após a sua leitura, a acta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade, com a abstenção do Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo por não fazer parte do Conselho Executivo naquela data.-----

--- Após a leitura da Acta nº 7 da reunião de 08 de Abril foi considerada a necessidade de alteração do ponto nº 4.-----

## **3 – PTD - Discussão sobre os projectos passíveis de inclusão no PTD**

Reformulação financeira das operações já aprovadas

--- Foi distribuída uma minuta de carta que os Senhores Presidentes devem enviar à CIM, com excepção de Viana do Castelo que a deverá enviar à CCDRN, (Doc. 86/10) para se dar início à reformulação financeira da cada operação aprovada. Síntese da reunião de 28 de Abril sobre o Plano de Iniciativas para promover a execução dos investimentos de iniciativa municipal no QREN. (Doc. 87/10) -----

--- O Senhor Presidente sublinhou os pontos essenciais da reunião, sendo o primeiro o destaque que a nível nacional a performance da CIM Alto Minho registou, que é apontada como exemplo a seguir por todas as CIM's e pelo Governo.-----

--- Como ponto de grande importância foi anunciada a separação entre o financiamento de projectos do Ciclo Urbano da Água da gestão da política de organização do modelo de gestão de água em baixa. Até à terceira semana de Maio, será dado a conhecer os projectos que integrados na iniciativa das Águas de Portugal poderão ser passíveis de financiamento pelo POVT, de forma a libertar os restantes projectos a financiamento pelo programa operacionais regionais.-----

--- Foi ainda anunciado que as candidaturas dos Municípios de sistemas verticalizados ao POVT, desde que tenham cumprido os regulamentos serão todas financiadas.-----

--- Se eventualmente existir um acordo posterior entre um Município e as Águas de Portugal para o consórcio da baixa os investimentos em curso serão valorizados como um activo adicional.-----



--- O Senhor Secretário de Estado, sublinhou que é essencial atingir as metas de execução financeira sob pena de não garantia dos montantes após 2011, e com um prémio de reforço a quem atinja e supere esta meta.-----

--- No que se refere aos Centros Escolares e ao Ciclo Urbano da Água não haverá limites da dotação do eixo onde estejam inseridos.-----

#### **Projecto Óleo Valor**

--- O Conselho analisou esta iniciativa da Valorminho e da Resulima, e considerou este projecto muito importante para o Alto Minho, e encarregou o Gestor do PTD de em articulação com a Gestão do ON.2 abrir um aviso de concurso para o seu financiamento. (Doc. 88/2010)-----

#### **Aviso de concurso ML/IV/MT/01/2010**

--- O Conselho deliberou por unanimidade propor à gestão do ON.2 a abertura de um aviso de concurso para a Zona Prioritária 3 (Município de Viana do Castelo) com a dotação FEDER de 2,8 milhões de Euros. (Doc. 89/2010)-----

#### **Discussão sobre os projectos passíveis de inclusão no PTD**

--- Foram apresentadas as projecções até ao final de 2010 do consumo financeiro, estado dos projectos já aprovados, e da disponibilidade financeira de cada eixo para novas aprovações.

--- Avaliadas as propostas de cada Município verificou-se que, genericamente, aquelas que já estão em execução têm enquadramento no PTD e deverá ser usado como critério de enquadramento futuro aqueles que garantam um elevado consumo financeiro no decorrer deste ano. (Doc. 90/10 e Doc. 91/10) -----

--- A análise detalhada desta questão será realizada na próxima reunião.-----

#### **4 – Análise do Relatório Preliminar da KPMG sobre o Sistema de Distribuição de Água em Baixa**

--- Foi distribuído o memorando de entendimento, que será objecto de análise em reunião posterior. (Doc. 92/10)-----

--- A equipa da KPMG apresentou o relatório preliminar do seu trabalho. (Doc. 92/10)-----

--- Foi possível em muito pouco tempo, graças à disponibilidade dos Municípios e ao empenho do Município de Viana do Castelo que para esta acção disponibilizou importantes recursos humanos, obter uma fotografia da situação do Alto Minho. -----

--- A KPMG efectuou a apresentação detalhada do estudo de análise quantitativa da poupança de custos decorrentes da centralização dos serviços de água e saneamento salientando os ganhos de sinergia que se obteria pela integração dos sistemas que nas suas diversas componentes ascendem em termos quantitativos a cerca de 2,3 milhões de euros anuais face à situação actual.-----



---Valores que foram considerados por unanimidade relevantes, pelos senhores Presidentes, e que, adicionados às vantagens qualitativas apresentadas, permitem equacionar a centralização do sistema de uma forma mais objectiva. -----

---Consideraram ainda importantes as conclusões do estudo, no que se refere às poupanças obtidas pela centralização dos serviços de água e saneamento dos dez municípios que estruturam a Comunidade Intermunicipal, face à necessidade de dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto que veio colocar novas obrigações às entidades gestoras.-----

---Contudo pela necessidade de terem de tomar a decisão: (i) de manter a distribuição em baixa, em sistemas separados; (II) de criação de um sistema centralizado para os dez municípios (III) ou de integração os sistemas actuais em baixa nas Águas de Portugal, foi unânime que se torna imprescindível obter indicadores de comparabilidade dos três sistemas, nomeadamente no que se refere ao valor das tarifas que podem ser praticadas num sistema integrado dos dez municípios com as tarifas que resultariam da integração da alta com a baixa pela entrega do sistema às Águas de Portugal.-----

---Neste sentido, este assunto ficou de ser agendado para a próxima reunião do executivo para reflexão dos caminhos a seguir, ficando o Secretario Executivo encarregue de apresentar soluções alternativas para dar resposta às questões acima referidas.-----

--- Atendendo ao adiantado da hora, foi encerrada esta reunião, sendo marcada a próxima para dia 11 de Maio, pelas 17H00 nas instalações da CIM em Ponte de Lima. -----

--- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião pelas treze horas e vinte minutos.-----

--- E, para constar, se lavrou a presente Acta que fica assinada pelo Presidente do Conselho Executivo e Secretário Executivo. -----

----- ESTÁ CONFORME -----

--- Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, em Viana do Castelo, aos 06 de Maio de 2010.---

O PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO, \_\_\_\_\_

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, \_\_\_\_\_